

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta-se acerca do anúncio da presidente da República no Dia Internacional da Mulher.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presta homenagem a Manoel Alves Ribeiro.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Tece considerações a respeito da eleição do novo Papa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute o aumento do preço do almoço nos restaurantes populares de Joinville.

Partidos Políticos

DEPUTADO RENO CARAMORI - Presta homenagem ao município de Biguaçu.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Manifesta-se a respeito de o governo ter revogado o Decreto n. 1.357 por 90 dias.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Registra fatos desagradáveis que estão ocorrendo em Palhoça.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a Semana de Mobilização da Saúde na Escola.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Registra a edição da 5ª Osterfest, na cidade de Pomerode.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Relata o trabalho da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Saúde.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, todos que acompanham esta sessão. Neste primeiro momento quero fazer uma referência ao encontro da Uvesc, que inicia no dia de hoje.

Fui vereadora no município de Chapecó, por dois mandatos, e sempre participei desses eventos; por isso, entendo que é importante os vereadores também terem processos formativos com a participação do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, enfim, estou fazendo essa referência à

Uvesc e também a todos os vereadores que participam desse encontro de formação.

Mas quero me dirigir, sr. presidente, ao anúncio que a nossa presidente da República fez no Dia Internacional da Mulher e que tem sido objeto de muitas discussões a partir desse anúncio.

(Passa a ler.)

"O governo federal investirá R\$ 265 milhões em serviços integrados de atendimento à mulher em situação de violência.

Neste sentido, então, foi criado o programa Mulher: Viver sem Violência, que é destinado à adesão dos governos estaduais, prevendo a criação de centros integrados de serviços especializados, humanização do atendimento em saúde, cooperação técnica com o sistema de justiça e campanhas educativas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Inclusive também aumentará centros de atenção às mulheres em áreas de fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Paraguai e outros países".

Esses serviços atendem a um desejo que está preconizado na Lei Maria da Penha, que é a garantia de espaços únicos com a oferta de todos os serviços destinados ao combate à violência doméstica.

(Continua lendo.)

"Para termos uma ideia, nesse centro de referência teremos serviços de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação às mulheres vítimas de violência para o trabalho, para o emprego e renda, que passarão a ser integrados por meio desse conjunto de programas".

Então, essa iniciativa propõe aos governos estaduais estratégias para melhoria e rapidez no atendimento quando a mulher sofre a violência.

(Continua lendo.)

"Também é importante destacar que serão investidos em dois anos R\$ 265 milhões, sendo para este ano em torno de R\$ 137, 8 milhões. O total será aplicado da seguinte forma: serão R\$ 115 milhões na construção de prédios e nos custos de

equipagem e manutenção, mais R\$ 25 milhões na ampliação da Central de Atendimento à Mulher.

Então, o disque 180 passa a ter um reforço também. E teremos R\$ 13 milhões na humanização do atendimento à saúde pública e R\$ 7 milhões na humanização das perícias, para que quando a mulher sofra uma violência física possamos ter uma perícia mais ágil na coleta das provas e também dos crimes sexuais, e R\$ 4,3 milhões em serviços de fronteira.

Gostaria ainda de destacar que na Casa da Mulher Brasileira, como tem sido carinhosamente chamada, haverá delegacias especializadas ao atendimento à mulher. É importante destacar que em Santa Catarina ainda não temos nenhuma delegacia especializada conforme os ditames da Lei Maria da Penha, e também juizados e varas especializados. Temos dois juizados da violência doméstica em Santa Catarina, somente um em Florianópolis e outro no oeste do estado e defensorias. É importante registrar que a partir de hoje a Defensoria Dativa não existe mais em Santa Catarina, ontem foi o último prazo para encerrar o convênio e a partir de 14 de março teremos a Defensoria Pública com míseros 20 defensores públicos sendo nomeados, ao invés dos 60 defensores, conforme lei aprovada nesta Casa.

Teremos também promotorias, equipe psicossocial, composta de psicólogas, assistentes sociais, sociólogas e educadoras para identificar a perspectiva de vida da mulher e prestar acompanhamento permanente. Equipe de orientação ao emprego e à renda. A Casa da Mulher Brasileira também terá brinquedoteca e espaço de convivência para as mulheres.

O custo de cada Casa da Mulher Brasileira será em média R\$ 4,3 milhões, incluindo construção financiada pelo governo federal, aquisição de equipamentos, mobiliários e transporte. A previsão desta Casa da Mulher Brasileira é atender cerca de 200 pessoas por dia e 72 mil pessoas por ano.

Quero dar um exemplo de como funcionaria esta Casa da Mulher Brasileira. 'Hoje a vítima entra o serviço por delegacia, hospital ou disque 180. E a

partir daí, começa a busca por uma série de direitos que podem levar muito tempo e até mesmo custar a vida da mulher. Nosso objetivo é evitar que a vítima da violência se perca no caminho do acesso aos serviços públicos. Por isso, estamos investindo na integração da rede de serviços já existente e criando um modelo arrojado que faça frente à violência patriarcal', afirma a ministra Eleonora Menicucci.

Neste espaço também teremos orientações para trabalho, emprego e renda onde as mulheres que ainda não têm uma profissão e são vítimas de violência serão encaminhadas para cursos de formação e qualificação profissional, entre eles o Pronatec/Brasil em Miséria e o Mulheres Mil."

Então, gostaria de destacar a importância que tem esse anúncio. E, nesse sentido, quero tornar público que, como coordenadora da bancada feminina, deputada Dirce Heiderscheidt, já solicitei ao governador Raimundo Colombo uma audiência conosco, as quatro parlamentares, para que possamos nos agilizar para que Santa Catarina tenha, quem sabe, uma das primeiras Casas da Mulher Brasileira do país. Isso vai depender muito desse termo de adesão assinado, de forma rápida, entre o estado e o governo federal.

Então, quero dizer que se trata de R\$ 4,3 milhões em investimentos, pois tivemos no ano passado em torno de 32 mil boletins de ocorrência em Santa Catarina em se tratando de violência doméstica.

Portanto, deputado Sargento Amauri Soares, há muito que avançar com relação à vida das mulheres em nosso estado.

E gostaria que nós da bancada feminina tivéssemos, de fato, essa conquista e teremos essa conversa com o governador.

Da mesma forma, quero manifestar-me com relação a uma moção encaminhada pela deputada Ana Paula Lina, líder na nossa bancada feminina. Trata-se de uma moção muito importante destinada à comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal dando conta de que o deputado Marcos Feliciano, nomeado presidente da referida

comissão, expõe posições de intolerância às diferenças e contrário às minorias, as quais deveria mediar junto ao Parlamento, já que é sua função.

Então, manifestamos a nossa preocupação com relação a este deputado ocupar essa função, somos solidários aos movimentos ligados às minorias e solicitamos a destituição deste deputado.

Quero pedir o apoio dos demais deputados, porque não é possível um deputado tão preconceituoso presidir uma comissão tão importante.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários deste Poder Legislativo, público que nos acompanha através da TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, no meu pronunciamento desta manhã gostaria de homenagear um grande catarinense que, se estivesse vivo, teria completado, ontem, no dia 13 de março, 110 anos de vida.

Estou me referindo a Manoel Alves Ribeiro, conhecido pelos seus amigos e companheiros como seu Mimo. Nasceu na pequena cidade de Imaruí, no sul do estado, e ainda muito jovem veio morar na Grande Florianópolis. Foi operário na construção da ponte Hercílio Luz.

Então estamos falando de um cidadão catarinense, de um militante comunista brasileiro que ajudou a construir a ponte Hercílio Luz, que foi inaugurada em 1926 e que há algumas décadas está em desuso por excesso de uso.

Portanto, estamos falando de uma pessoa que, como faleceu em 29 de setembro de 1994, viveu e militou durante sete décadas do século XX, do século passado.

(Procede-se à exibição da foto do seu Mimo.)

O seu Mimo era natural de Imaruí, próximo de Laguna, mas se tornou também um manezinho de Florianópolis desde a primeira juventude.

Na década de 30 ainda se tornou militante comunista, ingressando no Partido Comunista Brasileiro.

Quando faleceu, em 1994, morava há cerca de dez anos na Tapera, numa casa que ele mesmo construiu e servia, evidentemente, como sua residência e também para abrigar militantes que precisassem de descanso ou recuperação das condições de saúde. Todos podemos imaginar que ainda na década de 80 muitos militantes de esquerda precisavam de um espaço para a recuperação física ou até psicológica em virtude do processo da ditadura pela qual se tinha passado, deixando bastante sequelas em muitos militantes de esquerda ou militantes pela democracia na década de 70, na década anterior, evidentemente, fenômeno que foi até a década de 80.

Seu Mimo, assim como outros grandes lutadores do povo, não é lembrado pela mídia nem em cerimônias requintadas ou mesmo nas confrarias da classe dominantes. E nem poderia ser, visto que sempre combateu o tipo de sociedade dividida em classe dominante e classe dominada.

Seu Mimo era comunista e isso explica a sua ausência nas altas rodas da sociedade do seu tempo, e do nosso tempo ainda. Mas seu Mimo era um grande homem, desses imprescindíveis para a sociedade onde vive.

Para se ter uma ideia e buscando um pouquinho da história, e também para não esquecermos e fazermos de conta que estamos em outro mundo, em outro tempo e que não corremos mais alguns perigos, vejam que já na década de 30 do século passado, portanto há 80 anos, o jovem Manoel Alves Ribeiro, seu Mimo, era militante e lutava nas ruas de Florianópolis, evidentemente que somando esforços junto com as forças populares da Aliança Nacional Libertadora -, contra o nazifascismo que se expandia pelo mundo. Porque absorvemos na escola, e inclusive na história oficial contada por todos, a ideia de que o nazifascismo foi um fenômeno circunscrito à Europa, e isso também está errado. Aqui no nosso país, no nosso estado de

Santa Catarina e no sul do Brasil - e é evidente que com mais força do que em outras regiões do país - a ideologia nazifascista fez os seus estragos e tinha, inclusive, legiões de seguidores. Aliás, o próprio partido nazista alemão tinha células em Santa Catarina e em outros estados do sul do Brasil e do sudeste.

Mas a Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado pretendia ser um nazifascismo caboclo brasileiro, com a mesma ideologia embutida, mas adequada para a realidade brasileira. Fizeram-se um partido político e pretenderam se fazer Forças Armadas, pretenderam se fazer Exército. Os militantes - se é que dá para usar esse termo - da Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado andavam, inclusive, uniformizados, usando camisa verde. Houve anos, no começo da década de 30, e até 35, que desfilavam uniformizados nas ruas das cidades, e inclusive na nossa capital açoriana, Florianópolis.

Manoel Alves Ribeiro, militante comunista, era um dos que combatia, inclusive, entrava em confronto físico com essas forças reacionárias. Assim como um conjunto enorme de outros militantes do Partido Comunista naquele período e da Aliança Nacional Libertadora, participou da coleta de assinaturas para que o Brasil declarasse sua inimizade a Adolf Hitler. O Brasil de Getúlio Vargas, inicialmente simpático ao nazifacismo.

Os comunistas brasileiros e o seu Mimo participaram do processo de enfrentamento desse trabalho, da coleta de assinaturas, para que o Brasil se colocasse a favor dos aliados e contra o nazifacismo, inclusive de abaixo-assinados, para que os brasileiros fossem lutar na Europa para combater o nazismo.

Vale registrar que na força expedicionária brasileira muitos deles eram inclusive jovens militantes de esquerda, que foram com a ideia de ajudar a humanidade a se livrar do nazismo.

Manoel Alves Ribeiro foi vereador na cidade de Florianópolis, no final da década de 50, e teve evidentemente a sua história na Câmara Municipal. Em seguida, em 1964, com o Golpe de 64 e 20 anos

de ditadura, como todos os outros militantes de esquerda, foi perseguido e preso, estando vários anos na clandestinidade.

Seu Mimo escreveu o livro biográfico chamado Caminho. Nesse livro ele conta resumidamente um pouco da sua história, da sua vida, mas não é uma história da vida dele, é uma história do povo pobre do seu tempo. O livro Caminho é bom que seja lido por todas as pessoas que tenham alguma curiosidade de saber a versão da história do passado que não é contada por aí, especialmente pelos jovens ou adultos que queiram trilhar o caminho da construção da sociedade nova. O livro Caminho conta a história de 70 anos de luta do povo brasileiro. Precisa ser lida pela minha geração, que tem no seu Mimo uma referência de abnegação, de disciplina, coerência e coragem, também pelas gerações dos atuais jovens e pelas gerações futuras.

Então, faço aqui essa homenagem a esse grande companheiro não apenas como um saudosismo, mas também como uma forma de homenagear e dizer que, sim, a luta e a coerência pela transformação socialista da sociedade precisa ser feita, deve ser feita e continuará sendo feita, também seguindo a abnegação, o exemplo, a disciplina, a coerência de Manoel Alves Ribeiro, conhecido como o seu Mimo, um grande catarinense que seria muito importante que fosse mais conhecido pela história oficial.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até DEZ minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero ressaltar hoje o dia internacional do rim. Como médico que sou faço esse registro, tendo em vista que o Brasil é um dos países que mais faz transplante de rim no mundo e que Santa Catarina é capital em transplantes.

Então, a minha saudação a todos os pacientes renais crônicos e a todos os centros de

atendimento a esses pacientes e também aos profissionais que trabalham nessa área. A minha homenagem especial ao Centro Vida, de Rio do Sul, que completa dez anos atendendo a esses pacientes com hemodiálise, que tem na coordenação o dr. Ercides Pfeiffer, clínico e nefrologista, grande profissional daquela área.

Também quero aqui neste momento fazer um registro e parabenizar, desejando felicidades, que seja acompanhado por Deus, o argentino Jorge Mário Bergoglio, o papa Francisco, o primeiro latino-americano que assume essa missão pelo resto da sua vida. A missão de representar a igreja católica e de representar, quem sabe, um novo caminho nessa igreja. Sou um católico e quero aqui registrar que a igreja precisa quebrar paradigmas e precisa enfrentar determinadas questões que em séculos passados não faziam parte da pauta do dia a dia da sociedade brasileira, latino-americana e mundial.

Vemos que a igreja católica tem perdido uma série de fiéis em decorrência de temas não enfrentados, a exemplo do celibato. A igreja tem que abrir para ver se é isso que a sociedade que a tem seguido considera como algo que se consubstancie como uma realidade, porque quando a igreja foi criada a leitura bíblica e da sociedade era uma. E com a evolução do mundo, as questões tecnológicas, muitos temas passaram a ser debatidos.

A igreja vai ter que efetivamente fazer o debate da homoafetividade, um tema do dia a dia, em que a sociedade, através de legislação, inclusive, permite a união de pessoas do mesmo sexo. Esse tema tem que ser claro pela igreja, quebrando um paradigma. Acho que a igreja deve debater o fato também de as mulheres não poderem ser ordenadas, para também levar a religião. As mulheres não tinham direito a voto, passaram a ter direito a voto. O nosso partido definiu que regimentalmente 50% das mulheres têm que fazer parte das executivas.

Quem sabe, no século passado, não precisássemos fazer esse debate. Mas se a igreja quiser evoluir, dom Francisco é um Papa de perfil

conservador e durante a ditadura militar da Argentina teve posições claras do ponto de vista político, mas tenho que reconhecer que do ponto de vista de estar do lado dos mais pobres ele sempre teve essa postura.

Porém estar do lado dos mais pobres não significa que ao estar do lado de um governo conservador não empobreça esse povo que a gente esteja ao lado.

Esse debate a igreja vai ter que enfrentar, e espero que o Papa Francisco comece a fazer esse debate, porque a igreja vai ter que começar a debater a questão da pedofilia dentro da igreja, eis que quase que diariamente estamos vendo denúncias esse problema que tem si a esse respeito. E não tem sido debatido pela igreja.

Temos a lei da transparência, então, temos que ter transparência nisso também, para que nós fiéis, cada vez mais, possamos acreditar na Igreja Católica.

Então, estou fazendo este pronunciamento, primeiramente, para desejar ao primeiro Papa latino-americano muita saúde, segundo, sapiência divina para que conduza a igreja no melhor rumo possível, porque se a gente for se aprofundar na renúncia do Papa que sai, incrustada nisso está a questão da corrupção que também tem dentro do Vaticano, principalmente dentro do banco de Roma, que está claro na mídia internacional.

Por isso, deputado Valmir Comin, que é de origem italiana, de região de Belluno, assim como eu que também tenho, foram quase dois milhões de italianos que vieram para o Brasil.

A Igreja Católica, cujo pontificado está em Roma, tem que começar a discutir novos rumos, quebrando paradigmas, adequando-se ao novo debate que existe e principalmente dando aos seus fiéis, cada vez mais, a convicção de que o caminho que se constrói, o caminho da divindade, o caminho da consistência, da solidariedade e da perspectiva de um mundo melhor, também passa pela nossa Igreja Católica, que terá agora à frente o primeiro Papa latino-americano.

Lógico que estávamos torcendo por um brasileiro, mas não há problema. É argentino, a nossa rivalidade é apenas no futebol, não na igreja.

Por isso, desejo mais uma vez ao Papa Francisco muita fé, muita garra, muita perseverança, muita disciplina e muita limpeza também na corrupção que tem no Vaticano.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho à tribuna para falar de alguns assuntos, para começar, fazendo os mesmos votos que o deputado com relação à escolha do Papa. Que possa ser feito aquilo que precisa ser feito.

Ontem, uma comitiva de deputados e também de integrantes ligados à Associação de Bombeiros Voluntários, vereadores de Joinville, o prefeito, o senador e outras pessoas foram conversar com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, com relação a uma Adin que a Federação dos Bombeiros Voluntários entrou contra uma PEC que aprovamos nesta Casa, que dá legitimidade à prefeitura para fazer convênios com as corporações voluntárias para fazer as vistorias.

Foi muito interessante, deputado Neodi Saretta, porque o ministro Luiz Fux pôde entender o trabalho do voluntariado. A princípio, quando começou a conversar ele lembrou a tragédia de Santa Maria, que acho ter sido o marco regulatório, se pudéssemos falar assim, com relação a essas fiscalizações.

Os dados foram apresentados pelo Moacir Thomazi, presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, em relação à corporação de Joinville, entidade com 120 anos de fundação, do custo, do valor/benefício das corporações voluntárias e militares sobre a cobertura que é

feita em Santa Catarina, e o ministro Luiz Fux entendeu a grandeza desse trabalho.

Então, ficamos muito contentes, deputado Reno Caramori, com a receptividade do ministro Luiz Fux que compreendeu a questão do custo/benefício e a importância que tem o voluntariado.

O ministro citou duas coisas que achei muito interessante: primeiro, citou a Constituição Federal no que se refere ao estado possibilitando às pessoas, às organizações não governamentais, às organizações sociais a fazerem esse tipo de trabalho, quando da colocação do deputado Marco Tebaldi que existe na Câmara Federal um projeto para aumentar a colaboração voluntariada.

Já que não tem mais condições de criar novas estruturas militares, tem que partir para o voluntariado, como é feito em vários países.

E quando falei do pano de fundo que, na verdade, em minha opinião é a cobrança de taxas, ele disse: "Ah, entendi, tem um pano de fundo aí!". Essa é a verdade.

Mas achei muito interessante essa ida da comitiva de Santa Catarina conversar com o ministro Luiz Fux em relação a essa problemática que estamos enfrentando em Santa Catarina, e tenho certeza de que esta Casa não há de faltar esforço, o empenho de todos os deputados que defendem o trabalho voluntariado das corporações do Corpo de Bombeiros.

Tenho outro assunto que gostaria de trazer aqui e já queria ter falado na semana passada, mas não houve condições, inclusive escrevi um artigo que foi publicado no jornal *Notícias do Dia* em relação a esse tema, deputado Romildo Titon, que me deixa preocupado.

Lá em Joinville, em 2004, quando vereador em Joinville e candidato a prefeito, vi muito bem a nossa realidade, o cinturão de pobreza que temos em lá. Assim, fui buscar no Rio de Janeiro, deputada Dirce Heiderscheidt, o projeto do então governador Anthony Garotinho, que era o dos restaurantes populares, com refeição a partir de R\$ 1,00. Almocei lá, vi como é que faz e fiz daquilo uma proposta de governo em 2004.

Quando coloquei na televisão a proposta que iríamos fazer, como no Rio de Janeiro, restaurantes populares a R\$ 1,00, fui duramente criticado, zombado. E virou chacota pelos outros adversários, na época, deputado Marco Tebaldi e deputado Carlito Merss, que diziam: "Onde já se viu ter condição de fazer uma comida a R\$ 1,00!"

Como é a vida dia após dia, os dois que me chacotaram em relação à minha proposta, um, o Marco Tebaldi, foi reeleito e teve que inaugurar o primeiro restaurante popular em Joinville, com o preço a R\$ 1,00, e o outro, Carlito Merss, quando foi prefeito teve que ampliar os restaurantes populares e construir uma nova unidade no bairro Adhemar Garcia.

Fiquei muito feliz, porque fui precursor de uma ideia principalmente dessa questão da alimentação e a garantia de um preço acessível.

Bom, o que me trouxe estranheza foi que depois da última ida do prefeito atual de Joinville, sr. Udo Döhler, à Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville - saiu a notícia de que estavam reunidos para rever o valor do prato de comida do restaurante popular. Eu imagino que tenha sido uma reunião muito engraçada. Os ricos discutindo se R\$ 1,00 é muito caro ou não para um prato de comida. Não dá para entender. Reúnem-se com o prefeito, e ele diz que está muito barato, que precisam aumentar, porque está dando prejuízo.

Palavras escritas no jornal: "Fizemos uma pesquisa, 40% das pessoas que almoçam no restaurante popular chegam de carro e 25% moram na região", palavras do prefeito Udo Döhler. "Como uma pessoa vem do Juquiá, um loteamento muito carente, que gasta R\$ 6,00 na passagem, vai pagar R\$ 1,00 na comida? Está muito caro!" E qual a decisão que tomaram? Subir o preço da comida.

Não dá para entender. Sinceramente, esforço-me para entender como a Associação Comercial e Industrial de Joinville, os empresários ricos da cidade, dizem que R\$ 1,00 não dá, e querem subir para R\$ 3,00. Mas como a pressão foi forte, o preço ficou em R\$ 2,00.

Isso traz uma preocupação muito grande, porque vejo que no início deste governo começam a acontecer perdas grandes na área social. Por que não fazem, por exemplo, como em São Carlos, onde foi feita uma pesquisa? O que ocorreu em São Carlos? Determinaram que as pessoas inscritas em programas sociais da prefeitura pagam R\$ 1,00, e as que não são inscritas pagam R\$ 2,00. Agora não se pode, por conta de alguém que está nos seu direito de comer ali, prejudicar quem não tem condição. Então, por conta de quem tem carro, aquelas pessoas que não tem o que comer pagarão mais?

Quero deixar isso registrado nos anais desta Casa exatamente por essa inversão que o governo municipal de Joinville está fazendo nesse projeto que o Brasil já tem, pois o próprio governo federal implantou os restaurantes populares. Um erro grave, antissocial, de visão política e social míope, que a prefeitura de Joinville tomou aumentando o preço da comida no restaurante popular.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sra. deputada Dirce Heiderscheidt e srs. deputados, gostaria de fazer o registro da presença neste plenário, acompanhando também parte desta sessão, do prefeito eleito de Campo Erê, Rudimar Borcioni, parabenizando-o pela bonita vitória que obteve e desejando êxito na sua gestão.

Quero também registrar que, junto com o prefeito eleito, está o prefeito em exercício, o prefeito Adir, vereador e presidente da Câmara Municipal, que está exercendo interinamente até a posse definitiva do prefeito Rudimar.

Portanto, fizemos esse registro e agradecemos a presença, desejando êxito na gestão, nas reuniões que estão havendo aqui e ao prefeito

Rudimar. Principalmente a partir da sua posse, desejamos êxito na gestão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de representante do PTB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, é com muita honra que faço uso da palavra, nesta manhã, para tornar pública a história de alguns municípios de Santa Catarina. Por isso, apresentamos requerimento a esta Casa, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O deputado que subscreve, no amparo do Regimento Interno, requer sessão solene no município de Biguaçu, no dia 16/05/2013, às 19h, no Centro Cultural Casarão Mor, a fim de homenagear os 180 anos de emancipação político-administrativa daquele município."

Portanto, senhores deputados e senhoras deputadas, aproveitamos o espaço desta Casa para fazer uma referência especial ao município de Biguaçu que completa 180 anos de emancipação político-administrativa neste mês de maio. E em comemoração e homenagem, apresentamos ao público o trabalho desenvolvido nesta Assembleia, a pedido da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, da Câmara de Dirigentes Lojistas e da prefeitura municipal.

O resgate histórico, publicado na forma de livro - "De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense contando a história da Cidade" - 1835 a 2013, uma compilação legítima de informações inéditas que tiveram impacto direto para a construção histórica de Biguaçu, um dos municípios mais antigos de Santa Catarina.

São mais de 350 páginas de história, reunindo ofícios, pareceres, atas, decretos, entre outros, agrupados por assuntos referentes à criação do município de São Miguel da Terra Firme, hoje Biguaçu. O município começou a surgir quando, em 1748, imigrantes portugueses vindos do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira foram assentados no lugarejo denominado São Miguel da Terra Firme.

Em 23 de janeiro de 1751, foi inaugurada a igreja de São Miguel Arcanjo. A provisão que nomeia o primeiro vigário, padre Domingos Pereira Machado, para a freguesia de São Miguel é de 8 de fevereiro de 1752. Embora de caráter temporário, a freguesia de São Miguel foi a capital da capitania de Santa Catarina, no período de 10 de outubro de 1777 a 2 de agosto de 1778, quando os espanhóis ainda ocupavam a ilha de Santa Catarina.

Por ato do Conselho Administrativo da Província, em primeiro de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada à vila, e foi criado o município de Desterro (atual Florianópolis). A instalação do município de São Miguel ocorreu em 17 de maio de 1833.

Face à decadência econômica, aos frequentes surtos de malária, ao desmembramento de novas freguesias, São Miguel foi aos poucos perdendo o seu prestígio.

No início da segunda metade do século XIX, surgia, à margem direita do rio Biguaçu, um povoado que aos poucos crescia devido às terras férteis, ao trabalho dos colonos, à construção de uma igreja e um cemitério em 1874, que resultou na criação de uma freguesia, em 19 de dezembro de 1882, sob a invocação de São João Evangelista.

Lideranças políticas do município conseguem, em 1886, transferir a sede do município para Biguaçu, que fica elevado à categoria de vila. Em 1888, por decisão do governo da província, a sede municipal volta para São Miguel, vindo a acontecer quase no final de 1889 devido à relutância dos vereadores.

Já no período republicano, João Nicolau Bom consegue, junto ao governador do estado, a mudança

definitiva da sede municipal de São Miguel para Biguaçu, em 22 de abril de 1894.

Até a década de 1970 dependia principalmente da agricultura, pecuária e pesca. Hoje, graças à pujança de sua gente, a indústria responde pela maior parte dos empregos gerados, junto com um comércio em expansão.

Seus principais produtos industrializados derivam da indústria de plástico e alimentícia. Dispõe de boas áreas para instalação de plantas industriais e conta com acesso ao gás natural e a facilidade de escoamento de sua produção pela BR-101.

A agricultura também é representativa, expandindo-se principalmente no cultivo de plantas ornamentais para jardinagem, com destaque para a produção de gramas e palmeiras, além da produção de verduras para o comércio regional.

A pesca continua sendo praticada artesanalmente, embora o município tenha um potencial hidráulico considerável que caracteriza a cidade como local preferencial para investimentos na cadeia produtiva do segmento náutico em geral, com empresas atuando direta e indiretamente no setor de prestação de serviços, como garagens para barcos, marinas, estaleiros, manutenção tecnológica, elétrica, hidráulica, moveleira, despachantes e movimentação do setor de turismo hoteleiro e gastronômico durante a realização de eventos que visam à comercialização e prestação de serviços que envolvem atividades náuticas.

Seus principais pontos turísticos estão no balneário de São Miguel, no centro e no interior do município. Em São Miguel, o destaque é para os casarios açorianos, o Museu Etnográfico e a igreja São Miguel Arcanjo, além da bela via gastronômica especializada em frutos do mar. No centro da cidade o majestoso Casarão Born, construído em 1891 e que pertencia ao primeiro prefeito João Nicolau Born, chama a atenção pela beleza e conservação.

No interior do município, existem várias cachoeiras de águas cristalinas, próprias para o banho, como na localidade de Amâncio.

A atração são as belas quedas d'água, algumas com mais de 30 metros, que formam verdadeiras piscinas naturais.

A aldeia indígena Balneário de São Miguel também não pode deixar de ser visitada, pois retrata um pouco da cultura guarani de Santa Catarina. As festas religiosas locais, além da tradicional Bigfest, Praça Cidadã e a Exponáutica são outros atrativos aos turistas que visitam o município.

"De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense Contando a História da Cidade" é mais uma rica e democrática fonte de pesquisa, elaborado pelos funcionários do Centro de Memória e Coordenadoria de Documentação, parte do nosso Arquivo Permanente, que tem o compromisso de preservar, conservar e restaurar a história catarinense, garantindo que fatos importantes não se percam e caiam no esquecimento. São documentos que serviram de fontes para reconstrução da história legislativa do município de Biguaçu, são fac-similes dos originais, que tramitaram nesta Casa no período compreendido entre os anos de 1835 até os nossos dias.

Uma homenagem a todos que contribuíram para o desenvolvimento do município de Biguaçu ao longo dos anos. Tanto àqueles pioneiros desbravadores que têm seus nomes perpetuados pela história, quanto aos que se dedicaram de forma anônima, mais não menos importante.

Um presente para todos os habitantes do município de Biguaçu que ainda se dedicam, em cada pequeno detalhe do cotidiano, a continuar contando a história de forma honrada e progressista.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

Antes, porém, quero cumprimentar o prefeito de Lacerdópolis, meu amigo Hilário Chiamolera, prefeito pela terceira vez dessa querida cidade, que nos dá a honra de estar neste momento na Casa do Povo.

Seja bem-vindo.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo neste espaço do nosso partido relatar algumas ações que fizemos em Brasília, na terça-feira e quarta-feira. Mas inicio, deputado Edison Andrino, líder do governo, referindo-me inicialmente ao gesto do governador João Raimundo Colombo, deputado Neodi Saretta, através da secretaria da Fazenda, do secretário Antônio Cavazzoni, que é um secretário competente, corajoso e arrojado, o gesto em abrir o diálogo com entidades empresariais, em participar da reunião da Frente Parlamentar do Varejo, nesta Casa, com mais de 700 empresários, há poucos dias, e, finalmente ontem o gesto do governo ter revogado o Decreto n. 1.357, deputado Neodi Saretta, por 90 dias.

Esse decreto cobrava o ICMS adicional das microempresas quando as mesmas compravam ou compram produtos de outros estados. E isso significa um imposto adicional, um aumento significativo na carga tributária das microempresas de Santa Catarina. Claro, o governo também tem suas razões que tem que ser consideradas, deputado Gilmar Knaesel, porque há uma preocupação do governo e nossa também da preservação da indústria catarinense. Mas com muito diálogo, com muita conversa, com racionalidade, com muita ponderação, o governo suspendeu o decreto, e as negociações do governo com as entidades, com o governo catarinense, com o Parlamento catarinense continuam.

Deputado Romildo Titon, um dos motivos também que o governo suspendeu o decreto diz respeito ao

debate acalorado que toma conta do Congresso Nacional, nas comissões, que é a Resolução n. 1. Esta resolução vai à esteira do que foi definido com relação às importações do Brasil, ou seja, equaliza o ICMS entre estados, sr. presidente, deputado Romildo Titon.

Ora, Santa Catarina é um estado produtor, que vende muito para outros estados, e nós hoje vendemos os nossos produtos com índice do ICMS de 7% a 12%, dependendo do produto. E com a aprovação, infelizmente que deverá acontecer, pelo Congresso Nacional do ICMS com índice de 4%, definitivamente Santa Catarina vai viver o caos. Nós vamos quebrar, porque vamos perder por ano R\$ 2 bilhões do nosso orçamento. No orçamento de R\$ 15 bilhões ou R\$ 16 bilhões, vamos perder R\$ 2 bilhões.

O governo federal se propõe a criar um fundo para compensar os estados produtores, mas essa novela já conhecemos, deputado Gilmar Knaesel. Da Lei Kandir, dos créditos do ICMS para exportação, eles não chegam, eles nunca vêm, e as empresas têm milhões ou bilhões de créditos de ICMS para receber e não recebem do estado, porque a união não repassa.

Deputado Romildo Titon, não sei o que vai ser do próximo governo após o término do mandato do governador Raimundo Colombo.

Vai ser muito difícil, deputado Edison Andrino, porque a União está-se fortalecendo, já se fala em 70% da arrecadação concentrada em Brasília e os estados e os municípios vão continuar subservientes, com o pires na mão, tendo que se submeter às diretrizes, aos desejos do governo central. Isso é um absurdo, é uma tragédia!

Então, fazemos um apelo às entidades empresariais que precisam se mobilizar, que precisam ajudar as Assembleias Legislativas, a classe política a se movimentar, para tentar sensibilizar o governo federal que está acabando com os municípios e com os estados da Federação, sobretudo os estados produtores, como é o caso de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Deputado Darci de Matos, cumprimento v.exa. pelo oportuno pronunciamento.

Eu me lembro bem, pois era prefeito desta cidade, Florianópolis, em 1988. Foi uma luta grande pela reforma tributária que foi feita de 1988 para 1989, onde houve uma melhoria no sentido da arrecadação dos municípios. Só que de 1989 para cá o que o governo transferiu de responsabilidade que era do governo federal para os municípios e para os estados, principalmente para os municípios, na área de saúde, da educação, da questão ambiental, foi muito grande, mas não transferiu recursos. Isso não ocorreu no ex-governo do Lula, no governo da presidente Dilma Rousseff, mas sim no ex-governo de Fernando Henrique Cardoso. Sempre foi assim!

Só há uma saída para isso: um movimento dos governadores, das Assembleias Legislativas, para realmente mudarmos, através de uma reforma tributária, essa situação! E um dos motivos que deixei de disputar a eleição de deputado federal, deputado Gilmar Knaesel, é que eu não aguentava mais ser despachante de prefeito.

O deputado federal não legisla, ele aprova as medidas provisórias do governo. Na realidade, ele é despachante das prefeituras! Quantas vezes, deputado, o prefeito tem que ir a Brasília por ano para liberar uma ambulância, o dinheiro para um posto de saúde, uma verbinha das emendas parlamentares para fazer uma ponte! Isso é uma vergonha!

Então, precisamos fazer uma verdadeira reforma tributária neste país. Mas isso somente vai acontecer não por decisão do Congresso nem do governo federal, mas através das Assembleias Legislativas, juntamente com os prefeitos e os governadores.

Para encerrar, saibam o que acontece, deputado Darci de Matos: o prefeito depende do deputado para trazer um dinheirinho, porque senão não traz

de Brasília. Aí o deputado, para liberar, tem que votar com o governo, mas o governo não faz reforma tributária nunca! Então, entendo que deve ser um movimento que tem que começar nesta Casa, no Rio Grande do Sul, no Paraná, nas Assembleias Legislativas.

Muito obrigado, deputado Darci de Matos, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Edison Andrino.

O governador João Raimundo Colombo reuniu, parece-me, em torno de 17 governadores na Casa de Santa Catarina, em Brasília, exatamente para tratar desse assunto que é extremamente preocupante para os estados e municípios.

Mas v.exa., deputado Edison Andrino, tem razão: a reforma tributária que todos querem, que todos desejam e defendem nunca acontece. Aliás, agora está acontecendo de forma gradativa ou fatiada, exatamente em cima do único imposto dos estados que é o ICMS, que é no caso a Resolução 01, que vai tirar R\$ 2 bilhões por ano de Santa Catarina, a exemplo da Resolução n. 13, que retirou R\$ 600 milhões dos cofres do estado.

Deputado Milton Scheffer, certamente v.exa. vai falar da área da saúde, da audiência que participou com o secretário do ministério da Saúde, mas vivemos um caos praticamente em todas as áreas por consequência da concentração das arrecadações da nossa renda no governo central.

Sr. presidente, desejo falar rapidamente sobre a excepcional reunião que tivemos ontem em Brasília com o ministro Luiz Fux, com a presença dos deputados Reno Caramori e Kennedy Nunes, para tratar da questão dos bombeiros voluntários. Expusemos a ele o funcionamento e a importância da corporação, que atua há mais de 120 anos no nosso estado.

O deputado Reno Caramori fez colocações importantes também ao ministro e relatamos que a PEC é fruto de um acordo em Santa Catarina. Entendemos que ela tem fundamento legal e que hoje bombeiros voluntários e bombeiros militares atuam de forma harmônica salvando vidas no nosso estado.

Portanto, considero que a audiência com o ministro foi muito produtiva e tenho certeza de que manteremos a PEC, aprovada por esta Casa que é fruto de um acordo entre os parlamentares e as corporações.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Realmente acho que a reunião foi muito produtiva. Mas só gostaria de dizer que a imprensa de Joinville está muito corporativista, porque só citou os deputados de Joinville e representantes de outras regiões.

Então, quero dizer que os representantes de outras regiões era eu, deputado Reno Caramori, que luto há 20 anos pela causa dos bombeiros voluntários, e a representante do deputado Neodi Saretta. Nós não somos os outros representantes! Acho que esse jornalista se equivocou ou está mal informado, porque participamos de todo trecho, andamos juntos, caminhamos na chuva e ele estava junto. Então, o jornal *A Notícia* tem que falar a verdade, sem corporativismo!

Srs. deputados, faço essa observação em defesa dos bombeiros de Caçador, pois estava presente o Alfieri; o comandante Caetano; o Colla, do setor jurídico e o Somariva, de Concórdia, mas a imprensa de Joinville omitiu, e parece-me que o paroquial prevaleceu! Isso não é bom para o Parlamento de Santa Catarina e nem para os bombeiros voluntários. Então, faço essa observação, porque esse moço que escreveu a matéria talvez não tenha entendido direito, mas ele estava presente! Da fotografia nós fomos cortados, e só apareceu o *staff* de Joinville e quem leu a notícia acha que só eles foram. Aliás, o governador e o prefeito chegaram atrasados, no fim da audiência, mas apareceram na fotografia. Quer dizer, o que vale é aparecer na fotografia!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre deputado, quero apenas reforçar a importância dessa

audiência em Brasília, da qual v.exa. participou juntamente, com o deputado Reno Caramori e este deputado, representado pela nossa chefe de gabinete, visando levar subsídios sobre o assunto aos ministros para quando forem analisar o assunto, possam estar efetivamente esclarecidos.

Quero, mais uma vez ressaltar a importância dos bombeiros voluntários que junto com os bombeiros militares e comunitários têm um papel tão importante no nosso estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo também rapidamente falar da audiência que tivemos com o prefeito Udo Döhler e o senador Luiz Henrique da Silveira na Infraero, tratando da busca da estação meteorológica que completa o funcionamento do equipamento ILS no aeroporto de Joinville. Lá constatamos que o ILS já está obsoleto. Agora as empresas aéreas estão se credenciando com um novo sistema de navegação por satélite que vai facilitar o pouso nos aeroportos. Já está funcionando no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e a partir de abril no aeroporto de Joinville.

Portanto, entendo que foi um avanço significativo, pois a partir de abril vamos poder melhorar as condições de vôos da nossa cidade, da nossa região, através de uma tecnologia extremamente nova, revolucionária. E o ILS continua para vôos menores e para aviação particular.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra a sra. Deputada Dirce Heiderscheidt, por até quatorze minutos.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - (Passa a ler.) - "Sr. presidente, srs. deputados, ocupo a tribuna desta Casa no dia de hoje para falar sobre alguns fatos desagradáveis que estão ocorrendo em minha cidade, Palhoça, em que meu nome vem sendo envolvido de forma injusta e caluniosa.

O sr. Artur Nirdo da Luz, mais conhecido como Pitanta - que ocupa interinamente o cargo de prefeito de nosso município de Palhoça e que está passando por uma situação constrangedora - em razão do famigerado evento do Dia Internacional da Mulher, tem vindo a público dar explicações sobre o referido assunto, mas, de forma leviana, tem envolvido o nome desta parlamentar equivocadamente.

É lamentável que em vez de falar sobre novos projetos e procurar soluções para os vários desafios que precisam ser enfrentados no município, o sr. Pitanta tente confundir a opinião pública com explicações estapafúrdias.

Em primeiro lugar, quero esclarecer que como secretária de Assistência Social e primeira-dama do município de Palhoça sempre realizei eventos de cunho educativo, cultural e assistencial. A minha preocupação sempre foi melhorar a qualidade de vida das pessoas que lá vivem, executando projetos, ações e eventos que tenham como foco a mulher, o idoso, a criança e os adolescentes.

Venho de uma família humilde, mas acima de tudo correta e íntegra, que sempre colocou em primeiro lugar o respeito às pessoas e a valorização do trabalho.

Durante a gestão de meu marido, Ronério, à frente da prefeitura de Palhoça, criamos a secretaria de Assistência Social do município, que antes era somente uma diretoria. Também construímos o Centro de Convivência da Terceira Idade e implantamos o programa Emprego e Renda. Realizamos diversos eventos de muito sucesso, como o Natal Reluz, a Páscoa Solidária e a Caminhada dos Idosos. Incentivamos e trabalhamos para a criação da FMP - Faculdade Municipal de Palhoça - e a criação da Faculdade da Maturidade, hoje, uma realidade reconhecida internacionalmente.

Pessoalmente, participei de muitas ações voltadas às crianças e aos adolescentes, seja sobre o combate ao trabalho infantil, sobre o tema da adoção, ou em tantas outras situações envolvendo vulnerabilidade social.

Implantamos a Apav - Associação Palhocense de Voluntariado, entidade que realiza atividades importantes em prol da municipalidade.

Como primeira-dama e agora como deputada lutei para a instalação da delegacia da mulher, que hoje é uma realidade e vem prestando atendimento de apoio e orientação às mulheres de Palhoça, com uma equipe muito qualificada.

Conheço minha cidade, conheço minha gente. E o mais importante é que o povo de Palhoça também me conhece, sabe o que fiz e o que faço. Sabem o que sou e o que quero para nossa cidade.

Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas, não quero nem preciso ser exaltada. Digo apenas como mulher, como esposa, como mãe e como pessoa pública que sou que - exercendo mandato parlamentar - quero ser respeitada, ter minha dignidade preservada de leviandades cometidas por terceiros. Quero apenas que parem de tentar me envolver em situações ridículas e que não me dizem respeito, porque faço tudo com desprendimento e com o coração, sempre assumindo minhas responsabilidades.

Portanto, espero que as pessoas que tentam manchar a minha integridade assumam seus erros, suas falhas e deslizes, sem envolver ninguém, muito menos esta deputada, que, como os caros colegas sabem, preza pela moral e os bons costumes.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, antes de iniciar a minha fala gostaria de registrar a presença nesta sessão do dr. Anacleto Canan, representando a OAB. Ele está aqui acompanhando a sessão e também tratando de assuntos importantes ligados às nossas comarcas e à sua instituição.

Seja bem-vindo, dr. Anaclato Canan! V.Exa. tem uma larga folha de serviços prestados para a comunidade, principalmente na Presidência da OAB e como conselheiro também.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente e srs. deputados, esta semana o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, abriu as atividades do Programa Saúde na Escola, uma iniciativa que conta com a parceria do Ministério da Educação, que atendeu, somente no ano passado, sete milhões de estudantes de 1.433 municípios, em 16,7 mil escolas, quando foram mobilizadas 7.441 equipes de Atenção Básica à Saúde.

O ministro Alexandre Padilha afirmou que este ano a Semana de Mobilização Saúde na Escola vai chegar a 30 mil centros de ensino, com o apoio de 13 mil equipes do Programa Saúde da Família, que vão trabalhar em 2.300 municípios, beneficiando 14 milhões de estudantes.

A partir deste ano, com a participação do Programa Brasil Carinhoso, estudantes de creches e pré-escolas também vão passar pela triagem da saúde. Após as avaliações feitas durante as semanas, os profissionais de saúde fazem acompanhamento das crianças durante todo o ano letivo.

No ano passado foram gastos nessa assistência R\$ 4,1 milhões, e este ano o investimento do Ministério da Saúde deve subir para R\$ 10 milhões, já que vai abranger mais estudantes e mais escolas. Os estudantes recebem instruções sobre como escovar os dentes de forma correta, fazem exame de acuidade visual - aquele que precisar usar óculos vai receber do governo - e checam outros problemas como obesidade ou pressão alta.

O ministro Alexandre Padilha afirmou durante a cerimônia que 'a saúde não deve acontecer só dentro do hospital, mas tem que ser levada para onde as pessoas estão - no caso das crianças, para dentro da escola'. Para o ministro uma criança bem educada na questão da saúde 'pode alertar ao pai que não deve fazer uso do tabaco, sobre o que é alimentação saudável e saberá da importância de praticar educação física. Os problemas de saúde

afetam o desempenho escolar do estudante, por isso ele tem que ser assistido', destacou o ministro Alexandre Padilha."

Eu faça este registro porque o julgo importante e fundamental. Quando se fala em saúde deve-se pensar a saúde como um todo. E saúde preventiva é importante e fundamental. É essa a ideia principal do Estratégia Saúde da Família, conhecido como Programa Saúde da Família, que se deve focar fundamentalmente na prevenção. É claro que sem esquecer do curativo, pois quem está doente precisa da parte curativa. Mas o preventivo é fundamental, especialmente no caso desse programa relacionado às escolas, aos nossos alunos, que conta com a parceria do Ministério da Educação e que pode com isso fazer uma grande mobilização, prevenindo já problemas de saúde, detectando precocemente, detectando já se a criança tem problema visual e outros problemas que podem ser checados e já prevenidos de antemão.

Quero destacar isso, elogiar essa ação do ministério da Saúde e mais uma vez também me somar a todos aqueles que chegam a esta tribuna e fora daqui com outras ações que reivindicam que os nossos governos municipais, estaduais e federal possam investir mais recurso na área da saúde.

Eu tenho dito, inclusive, que com a questão dos recursos do Pré-Sal, tão importantes, e a nossa presidente Dilma Rousseff tem lutado para direcionar à educação, e concordamos plenamente, mas que pudesse também haver algum mecanismo de direcionar recursos para a área da saúde, tão importante e fundamental ao nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo horário pertence ao PSDB. Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Estamos próximos de comemorar mais uma data magna, uma data mundial, que é a Páscoa, uma celebração religiosa não apenas da Igreja Católica, mas de diversas religiões que simbolizam, acima de tudo, a ressurreição de Cristo. Ou seja, significa a

passagem, e dentro disso vários festejos acontecem nacionalmente, através de movimentos de igrejas. Também algumas cidades fazem, a exemplo do Natal, nessa data comemorativa, eventos que simbolizam a questão religiosa e alguns aspectos culturais.

Na minha cidade de Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil, uma das mais bonitas do nosso estado, estamos editando a 5ª Osterfest, criada há cinco anos, exatamente para recuperar antigas tradições que ao longo dos anos foram perdidas. À época, a secretária de Turismo e Cultura, Gladys Sievert, depois vice-prefeita da cidade, foi a idealizadora, iniciou esse movimento comemorativo, através da Osterfest.

A Osterfest é um convite para reviver toda a tradição da Páscoa. E as atrações são diversas. Buscam, através da movimentação das crianças, dos jovens, dos estudantes, atingir também os adultos e idosos, para que voltem ao seu tempo de infância, tempos vividos com os pais e avós, pois muitos deles se perderam.

Até o final do evento todos poderão participar de oficinas artísticas, pinturas em casquinha de ovos, que é uma das tradições. Também teremos apresentações culturais, feira de artesanato, leitura de histórias, cinema, teatro, entre tantas outras atividades. Além disso, o Festival de Páscoa reserva atrações como o Sítio do Coelho, Rota Enxaimel, diferentes tipos de passeios para a comunidade local e também para os turistas. E entre os atrativos também está a Osterbaum, que é a maior árvore de Páscoa da América Latina e a segunda maior árvore de Páscoa do mundo.

O que simboliza essa árvore? A árvore de Páscoa é uma tradição que veio da Alemanha, mantida por descendentes até hoje. A árvore é montada com galhos secos, que simbolizam o momento de sofrimento da morte de Jesus Cristo. Nos galhos são colocadas cascas de ovos, coloridas, que simbolizam a alegria da vida e a ressurreição. A curiosidade da Osterbaum está nas cores dos ovinhos, o ovo vermelho significa o sangue de Cristo, o verde a esperança, o amarelo a luz e o branco a paz.

A maior Osterbaum da América é essa que está sendo mostrada e que foi idealizada na cidade de Pomerode. Tem 14 mil casquinhas de ovos, que foram elaboradas por artistas locais. E também, agora, a cidade, a exemplo dessas, tem inúmeras outras casquinhas na frente das residências, do comércio, em praças. A cidade realmente ficou colorida com o retorno dessa tradição.

O jornal *Diário Catarinense*, anteontem, fez uma reportagem sobre essa festa que se realiza na cidade, com uma matéria muito ilustrativa e propositiva, mostrando todos os aspectos culturais, religiosos e também envolvendo a questão turística.

Dentro disso, tem também a tradição da pintura dos ovos de Páscoa, que algumas cidades ainda mantêm em nosso estado. Essa pintura também é uma tradição herdada de diversas regiões da Alemanha e em Santa Catarina, onde estão nossos descendentes. Elas são expostas em casas e nas escolas, são preparadas por artistas ou pelas próprias mães em suas residências. E começa algumas semanas antes da Páscoa. A pintura é feita com guache e tintas não tóxicas, mas há famílias também que mantêm o preparo tradicional, com uso de recursos naturais, como o capim de bulbo vermelho, cascas de cebola roxa e até espinafre. E no domingo de Páscoa, as crianças procuram pelos ovinhos em cestas e ninhos escondidos em jardins e hortas.

Estou fazendo essa referência aqui no plenário sobre essa tradição resgatada na cidade de Pomerode, porque além do aspecto religioso, que é tão importante, precisamos preservar essa nossa tradição catarinense, porque desde a nossa fundação, desde a nossa origem, a fé e a religiosidade sempre foram muito marcantes em nosso estado, independente de qual religião. E temos também esse lado turístico cultural que se explora dentro desse aspecto de contemplar fé e religião com movimentação turística.

Diante disso, quero parabenizar a cidade de Pomerode, a minha cidade, a atual administração, que deu sequência a esse projeto idealizado pela

gestão anterior, que já se transformou num modelo a ser, talvez, copiado por outras cidades.

É importante ressaltar que a imprensa está divulgando isso, e quero, mais uma vez, cumprimentar o jornal *Diário Catarinense*.

(COM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2013, de origem governamental.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0019/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0038/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0141/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0326/2012, de autoria do deputado Sandro Silva.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0327/2012, de autoria do deputado Jailson Lima.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0376/2012, de autoria do PMDB.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0100/2013, 0101/2013 e 0102/2013, da deputada Luciane Carminatti; 0103/2013, do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos ainda que serão deferidos os Requerimentos n.s: 0155/2013, 0164/2013 e 0165/2013, do deputado Jean Kuhlmann; 0156/2013, da deputada Luciane Carminatti; 0157/2013, do deputado Silvio Dreveck; 0158/2013, do deputado Marcos Vieira; 0159/2013, 0160/2013, 0161/2013, 0162/2013, 0162/2013, 0163/2013, da deputada Ana Paula Lima.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Romildo Titon, vice-presidente desta Casa, que ora preside esta sessão, em seu nome quero cumprimentar todos os deputados, as sras. deputadas presentes e o público da TVAL. Quero cumprimentar especialmente os vereadores de Santa Catarina, que hoje realizam o seu congresso anual em Florianópolis, com uma pauta muito pertinente,

no início de várias legislaturas nas Câmaras municipais catarinenses.

Quero dar as boas-vindas a todos eles e também à Uvesc, entidade que congrega esse movimento, esse importante encontro e, acima de tudo, pela capacitação dos nossos legisladores municipais.

É sempre interessante o vereador que, sem dúvida nenhuma, entre todos os agentes políticos é aquele que está mais próximo da população, aquele que conhece a rotina, o dia a dia, as necessidades, as dificuldades e as carências do povo deste estado.

Por isso, o nosso reconhecimento e a nossa homenagem a todos os vereadores e vereadoras de Santa Catarina, que participam do congresso da Uvesc, hoje, na nossa capital.

Quero aproveitar este momento para relatar o trabalho da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Saúde que esta semana, no dia de ontem, a pedido da frente, fez uma audiência em Brasília, marcada pela ministra Ideli Salvatti, no ministério da Saúde, com a Secretaria de Atenção à Saúde, na pessoa do secretário nacional Helvécio Miranda Magalhães.

Nessa audiência, tivemos a presença de cinco deputados estaduais: Jorge Teixeira, vice-presidente desta frente, Darci de Matos, Volnei Morastoni, presidente da comissão de Saúde, e Reno Caramori. Tivemos também a presença do Fórum Parlamentar Catarinense, liderado pelo deputado Décio Lima, do deputado e ex-governador Espiridião Amin, do deputado João Pizzolatti, do deputado Jorge Boeira e da deputada Carmen Zanotto, juntamente com o secretário da Saúde, representando o secretário adjunto Acélio Casagrande, e de Carlos de Souza, superintendente da Federação dos Hospitais e Santas Casas de Santa Catarina.

Foi um debate muito justo para uma causa muito justa dos catarinenses, que é a equiparação do teto de saúde de Santa Catarina com os demais estados da região sul, tendo em vista que os catarinenses recebem menos do ministério da Saúde por ano ou para cada catarinense em relação ao

estado do Rio Grande do Sul. O nosso teto está abaixo, e isso vem prejudicando os nossos hospitais e também a saúde dos catarinenses, já há muitos anos.

Esse pleito tem sido debatido, e ontem de maneira enfática, no ministério da Saúde, levamos essa situação, em nome da Frente Parlamentar. Esse debate, essa audiência durou mais de 2 horas. Abrimos novos caminhos para que Santa Catarina recupere esses recursos que são significativos.

Hoje, só na questão do teto estamos perdendo próximo a R\$ 100 milhões, que o ministério da Saúde deixa de repassar para hospitais e para a secretaria estadual da Saúde de Santa Catarina, no pagamento de procedimentos.

Há também a questão do atendimento dos medicamentos via judicial, que hoje já somam mais de R\$ 80 milhões que o estado paga e também não é reembolsado pelo ministério da Saúde, o que deixa a descoberto o nosso orçamento estadual.

Por isso, a frente, junto com mais de 180 hospitais particulares, filantrópicos e santas casas de Santa Catarina, têm percorrido todas as portas de Brasília e também de todos os estados, para corrigir essa defasagem.

Para melhorar o atendimento aos catarinenses precisamos melhorar a questão do financiamento, colocar mais recursos em saúde, e o que está faltando agora neste momento é o ministério da Saúde fazer a sua parte aqui em Santa Catarina.

Por isso ontem estivemos no ministério da Saúde e queremos agradecer à ministra Ideli Salvatti pelo atendimento, sempre prestativa aos pleitos de Santa Catarina. Ficou acertado nessa audiência que o reajuste do teto neste momento não é possível. Mas os hospitais prestam todos os meses vários serviços que não são reconhecidos e não são pagos pelo SUS. E esse total gira em torno de R\$ 5 a 8 milhões por mês. São serviços que os hospitais particulares e também os do governo prestam a mais, porque o contrato atual não prevê.

Por isso, um paciente da assistência cardiológica de Criciúma, de Tubarão, tem que esperar três, quatro meses para ser atendido. Esse

mesmo paciente, se for para Porto Alegre ou Curitiba, é atendido em 15 dias, porque o contrato de lá permite o atendimento. O teto deles é mais alto do que o de Santa Catarina para esse tipo de atendimento.

Então, o secretário nacional de Atenção à Saúde, Helvécio Magalhães Junior, assumiu um compromisso com Santa Catarina, ontem, de refazer todos os contratos que possui com os hospitais de Santa Catarina, cobrindo essa defasagem, porque hoje os hospitais catarinenses atendem a um número maior de pessoas e recebem por um número menor. E, se isso se tornar prática, nos próximos 30, 60 dias veremos que esses hospitais terão uma folga mensal de pelo menos R\$ 8 milhões, que irá se reverter na melhor qualidade de atendimento de saúde dos catarinenses.

Essa é uma conquista da Frente Parlamentar, de todos os deputados de Santa Catarina - estaduais e federais -, do governo do estado, mas acima de tudo dos catarinenses. Ficou agendada, num prazo de dez dias, a missão do ministério da Saúde, juntamente com um grupo de técnicos da secretaria estadual da Saúde, de fazer uma nova recontractualização de todos os serviços prestados nos diferentes hospitais catarinenses para atendermos a essa defasagem.

Também ficou acertado que as redes de urgência e emergência que hoje somente estão previstas para Florianópolis e Joinville, deputado Jorge Teixeira, que contribuiu muito com a sua experiência de médico na defesa dos interesses de Santa Catarina, serão ampliadas para todo o estado. Santa Catarina também pode com isso buscar mais recursos para atender à população. Obviamente, esse é um trabalho que deve demorar um, dois anos para se efetivar, mas a questão de rever os contratos de prestação de serviços dos hospitais catarinenses pode ser imediata, e já nos próximos meses os hospitais receberão mais recursos.

Já chegamos a ponto de os hospitais deixarem de atender a pacientes porque já tinham passado, e muito, a cota prevista pelo ministério da Saúde. E

esses pacientes ou ficam sem atendimento ou tentam recorrer aos hospitais do Paraná ou do Rio Grande do Sul, onde esse teto é mais alto, e os hospitais recebem maiores recursos.

Por isso, foi uma audiência bastante proveitosa. E quero aqui agradecer, em nome do deputado Jorge Teixeira, a todos os deputados que lá estavam. Agradeço também aos deputados federais pelo apoio dado, ao secretário que lá estava presente, à Federação dos Hospitais e das Santas Casas que defende essa bandeira.

Essa luta tem que continuar. Precisamos acompanhar o trabalho do ministério, da secretaria da Saúde, para fazer essa ação virar melhor qualidade no atendimento da saúde do catarinense, principalmente do menos favorecido, porque é para ele que precisamos nos voltar, para aquele que não tem conhecimento nem para exigir o seu direito. Essa é a voz dos deputados de Santa Catarina na defesa da saúde dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, primeiramente, quero parabenizar a União dos Vereadores de Santa Catarina pela realização de mais um evento.

Sabemos da importância da instituição, principalmente buscando integrar e orientar os novos vereadores. Acredito que em torno de 600 vereadores estavam participando desse congresso.

Acompanhamos a palestra do presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, falando da questão das mudanças que precisam ocorrer em relação à legislação eleitoral, mudanças que são importantes. Hoje, o Brasil trabalha alguns meses de um ano e no outro ano se prepara para eleição e, como bem disse o presidente, dando explicações ao eleitor e ao cidadão que a lei eleitoral impede isso e aquilo, e o estado acaba ficando emperrado.

Existe também a questão da concentração de arrecadação. Hoje quase 72% dela fica nas mãos do governo federal, o que inviabiliza os estados e municípios que estão próximos do cidadão, que têm a cobrança.

Então, em que pese todo o esforço do governo federal em aplicar esses recursos, as dificuldades são maiores. Isso não é problema da presidente Dilma Rousseff, pois já é histórica, antiga, essa concentração da arrecadação nas mãos do governo federal, a cada ano aumentando ainda mais.

Santa Catarina perde com isso, pois temos muitas dificuldades. E agora, com o projeto do governo federal que vai se tornar lei a unificação do ICMS, Santa Catarina vai perder R\$ 2,3 bilhões. E com isso não tem governador, não tem secretário da Fazenda que consiga equilibrar as contas, fazer aplicação dos recursos, manter a máquina administrativa e investimentos para o nosso estado.

Assim, todo esforço do governador Raimundo Colombo e do secretário Antônio Gavazzoni vão por água abaixo. O governo federal tanto reconhece que está cometendo uma injustiça que propõe a criação do fundo de compensação de receita, quer dizer, tira oficialmente e depois encontra formas de repassar os recursos para o estado. Mas essa não é a maneira correta.

Também, na abertura do encontro dos vereadores, tivemos a palestra do amigo Anacleto Urtigara, diretor técnico do Sebrae em Santa Catarina, nosso companheiro, nos finais de semana, do futebol, lá na sua chácara em São Miguel d'Oeste, quando estamos por lá. Ele, como grande líder e palestrante do Sebrae, discorreu sobre o que os empresários, os vereadores, a classe política, o cidadão quer para o seu município, seu estado, para nosso país, nos próximos dez, 20 anos.

Esse é um pensamento, é uma discussão que precisamos ter, não pensando somente no imediatismo, pensando naquilo que queremos para a nossa cidade, para a nossa família e para o nosso município, nos próximos 10 a 20 anos.

Então, todos os projetos, todos os investimentos têm que ser pensados em fazer uma sociedade melhor, mais justa. Então, é muito importante esse congresso.

Não tive a oportunidade de acompanhar as palestras seguintes, do conselheiro Salomão Ribas Júnior, ex-parlamentar e grande conhecedor das questões estruturais do estado de Santa Catarina que, com certeza, também uma palestra muito importante para os srs. vereadores e para toda a sociedade catarinense.

Temos que efetivamente repensar essa questão do que queremos na saúde, na educação, no transporte, enfim, em todos os setores.

Quero aproveitar para, em nome de todos os participantes do congresso dos vereadores, saudar dois amigos que ali encontrei. O vereador Marcio Bortolotto e a vereadora Cleusa Mazardo, do município de Descanso, no extremo oeste, que também, junto com os demais vereadores catarinenses, estão participando.

Quero registrar a presença nesta Casa do prefeito em exercício de Campo Erê, sr. Adir Krefta, mais conhecido como Chiquinho, nosso amigo que vem administrando o município por um período de 90 dias até, e teremos agora, a posse do prefeito eleito Rudimar Borsione que está aqui na Assembleia Legislativa, junto com o Adir, prefeito interino. Eles estão fazendo uma transição tranquila, democrática, principalmente pensando em investimentos e projetos para o município de Campo Erê, que enfrentou duas eleições seguidas, duas impugnações de candidatos pelo processo de ficha limpa e que agora tem o prefeito Rudimar Borsione, o Preto, e o Gringo como vice-prefeito.

Então, parabênizo essas lideranças que também aqui estão em nossa Casa Legislativa.

Agradeço a confiança dos colegas pela nossa indicação para a Presidência da comissão de Segurança da nossa Assembleia Legislativa, tendo o deputado Carlos Chiodini como vice-presidente. E o compromisso que temos neste momento são as dificuldades por que está passando a segurança pública.

Eu já disse nesta tribuna que temos o exemplo de Nova Iorque, onde se diminuiu o número de presos e a criminalidade. E o Brasil enfrenta uma situação totalmente inversa, nós temos a cada dia mais presos, presídios superlotados, falta de vagas e a criminalidade com situação ascendente.

Então, vamos fazer essa discussão na comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, principalmente nos municípios que enfrentam problemas emergenciais, também com todo o estado de Santa Catarina, para que possamos buscar soluções. E como falava no início deste pronunciamento, precisamos ver o que queremos para o nosso estado, para os nossos municípios, para as nossas famílias, para as famílias de todos os catarinenses e brasileiros, nos próximos anos, na questão de segurança, assim como na área de educação e saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a presente sessão.